



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.

LUTAS SOCIAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ – o caso dos moradores das periferias

Resumo: A partir de pesquisa sobre manifestações coletivas e processo de resistência de grupos sociais na Região de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense/RJ, entre 2000 a 2017, o artigo versa sobre os móveis de grupos subalternos na condição de moradores de áreas periféricas da cidade e do campo, sob a perspectiva do direito à cidade, em uma conjuntura local marcada pelos antigos e novos processos de expropriação e segregação socioespacial da classe trabalhadora e, mais recentemente, pelas ações dos Grandes Investimentos. Esse panorama se relaciona à mundialização do capital alicerçada na financeirização, mercantilização, privatização e pilhagem dos direitos sociais, da terra e do trabalho, afetando a produção e a reprodução social desse segmento da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Acumulação por espoliação; Campos dos Goytacazes; classes subalternas; Direito à Cidade.

SOCIAL STRUGGLES IN CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ - the case of the residents of the outskirts of the city

Abstract: Based on research on collective demonstrations and resistance process of social groups in Campos dos Goytacazes Region, Northern Fluminense / RJ, from 2000 to 2017, this article deals with the motive of subaltern groups as residents of city and countryside peripheral areas, from the perspective of the right to the city, in a local context marked by the old and new processes of expropriation and socio-spatial segregation of the working class and, more recently, by the actions of the Big Enterprises. This panorama is related to the globalization of capital based on financialization, commodification, privatization and looting of social, land and labor rights, thus harming the production and social reproduction of this segment of the working class.

Keywords: Accumulation by spoliation; Campos dos Goytacazes; subaltern classes; Right to the City.

Introdução

Este artigo deriva de estudos iniciados em 2017, com a pesquisa intitulada “Trabalho, Precarização e Resistência na Periferia do Capitalismo: a Região Norte Fluminense como cenário”, a partir da qual pôde-se investigar as principais mobilizações e ações coletivas nas duas primeiras décadas do século XX, evidenciando os sujeitos coletivos, as suas manifestações e reivindicações.

Embora a pesquisa em tela tenha âmbito regional, a Região Norte Fluminense¹ (RNF), este artigo priorizará as manifestações coletivas realizadas no município de Campos dos Goytacazes. Metodologicamente, além da revisão

¹A Região Norte Fluminense é formada pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Macaé, Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu.

bibliográfica, optou-se pela pesquisa hemerográfica (2000-2017) realizada no Jornal Folha da Manhã (JFM), de circulação regional e que abrange o período da pesquisa.

Em uma primeira aproximação com os dados da pesquisa, podemos classificar os sujeitos coletivos que protagonizaram as mobilizações e lutas sociais em Campos nestes últimos 17 anos em sete grupos sociais: a) movimento sindical; b) movimento pela reforma agrária, com destaque para o MST; c) movimento identitário (feministas, negros e LGBT); d) movimento estudantil; e) grupos de moradores da periferia da cidade; f) trabalhadores informais (camelôs, perueiros e catadores de recicláveis); g) movimentos políticos “progressistas” e “conservadores”. Esses últimos, surgiram no cenário local a partir de junho de 2013 e retornaram à cena pública no período concomitante ao processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, em 2016. Grosso modo, eles podem ser diferenciados como grupos contrários ao “golpe” e, portanto, favoráveis a uma agenda política de manutenção das conquistas econômicas, sociais e políticas dos governos do PT, bem como do processo de democratização e aquele favorável ao *impeachment*, de orientação neoliberal e neoconservadora e, muitas vezes, caracterizado pelo discurso de retorno da intervenção militar.

De modo geral, as manifestações coletivas, seja por meio de protestos, greves e/ou paralisações, denunciam o avanço do neoliberalismo e das novas formas de expropriação dos meios de vida da classe trabalhadora², sob a forma do desemprego estrutural, da superexploração do trabalho, da expropriação dos direitos sociais (MOTA, 2017), e como não poderia deixar, do recrudescimento da desigualdade social e da violência urbana e institucional. Mesmo caracterizado como um município de porte médio e localizado no interior do estado do RJ, os conflitos desencadeados nas duas primeiras décadas deste século, em Campos, acompanham a conjuntura nacional, pressionada pela nova dinâmica do capitalismo mundial, mais particularmente, a partir da crise de 2008.

No entanto, a discussão que ora se propõe neste artigo se destina a problematizar apenas os móveis dos segmentos mais empobrecidos e precarizados da

²“A relação – capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente” (Marx, *apud* FONTES, V. As transformações dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: Boschetti (Org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018. pp. 17-62. Para Fontes, o movimento apresentado por Marx não se limita a seu momento inaugural: - a expropriação precisa ser conservada e reproduzida. Em todos os casos, afirma Fontes, há uma correlação estreita entre expropriação e transformação dos meios de vida em capital (Idem).

classe trabalhadora, na condição de moradores de comunidades periféricas e sob a perspectiva do direito à cidade (HARVEY, 2013; LEFEBVRE, 2001), em uma conjuntura local marcada pelos antigos e novos processos de expropriação e segregação³ socioespacial. E, mais recentemente, pelas ações dos Grandes Investimentos⁴ (GI) na RNF aprofundando o processo de segregação, comandado pela lógica da especulação imobiliária e pelos negócios das grandes incorporadoras e fundos de investimentos recém-chegados à cidade. Estes processos vêm redesenhando o espaço local e construindo novas territorialidades ao definirem novas formas de uso da terra urbana e rural, gerando expropriações e/ou novas formas de segregação, quase sempre com a cumplicidade do estado, nas suas diferentes escalas de poder e atingindo em cheio a reprodução social dos sujeitos – moradores das periferias, um segmento que se caracteriza pela superexploração do trabalho e pela espoliação urbana, no entendimento de Marini (2011)⁵ e de Kowarick (1979) e, portanto, vem sendo considerado um grupo mais vulnerável às práticas do capital e do estado.

Segundo Kowarick (1979), a perversa associação entre exploração do trabalho e péssimas condições de reprodução social desses trabalhadores, materializada na ausência e/ou precarização dos direitos sociais fundamentais e que ele chamou de “espoliação urbana” e que, atualmente, vem denominando de “vulnerabilidade socioeconômica e civil” (2009), na medida em que articula o processo de violação dos direitos sociais a um quadro de crescente vulnerabilidade civil representada pelas

³Segundo Azevedo, Timóteo e Arruda (2013, p. 07), a segregação é corolária de processos heterogêneos, que separam segmentos sociais e os concentram em delimitados espaços geográficos específicos, repercutindo ao seu redor as desigualdades sociais comuns aos novos residentes [...]. Logo, os sujeitos sociais desses lugares acabam se encontrando excluídos da vida nas cidades, estigmatizados assim como moravam em áreas faveladas (Idem). (Ver: AZEVEDO, Sérgio de.; TIMÓTEO, Geraldo Márcio.; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. Habitação social e segregação espacial: implicações do programa municipal “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes-RJ. *37º Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de Lindóia, p. 02-22, 2013).

⁴Se tratam de investimentos públicos e privados de alto porte, em termos de capital, da área e do peso, em valores absolutos e relativos, no segmento a que se encontram relacionados, e da amplitude de efeitos no ambiente natural e produzido.

⁵O conceito de superexploração do trabalho no âmbito da Teoria Marxista da Dependência (TMD), consiste na violação do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador mediante a usurpação de parcela da primeira parte da jornada de trabalho, aquela destinada à reprodução da força de trabalho. Essa expropriação do valor se verifica mediante diferentes formas, as quais correspondem aos mecanismos de superexploração do trabalho pelo capital: (i) o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; (ii) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; (iii) o aumento da intensidade além dos limites normais [...e] uma quarta forma, que na verdade é um desdobramento da primeira, que se expressa quando se exerce um hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada (Ver: FERREIRA, C.C.C. Sobretrabalho em Marx, expropriação e superexploração no capitalismo dependente. In: Boschetti (Org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018, pp. 211-232).

ameaças, violências e homicídios cotidianos impostos não só pelas disputas pelo controle do mercado de drogas, mas, também, por uma política de Segurança Pública sustentada na violação dos direitos e na criminalização dos grupos subalternos que habitam as favelas e as periferias das cidades. Como nos lembra Lefebvre (1991), a fábrica/empresa não pode ser pensada como o único e principal espaço da contradição e do conflito de classes, pois toda a sociedade torna-se lugar da reprodução das relações sociais, isto é, da vida em sociedade. Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em “espaço de poder” – a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade, a arte, a cultura, a ciência, entre outros, tanto aqueles onde a mais-valia é produzida quanto aqueles em que ela se reparte e é realizada, abrangendo o conjunto do funcionamento da sociedade.

No que se refere às ações coletivas destes grupos subalternos, seja como respostas às violências cotidianas, seja como reação às mais variadas formas de desrespeito e de descaso, sobretudo por parte do poder público, estas se caracterizam tanto pela sua espontaneidade quanto pelo seu imediatismo na forma de expressar suas necessidades e indignação. Para Gramsci “os grupos subalternos estão sempre sujeitos à atividade dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: somente a vitória permanente rompe, e não imediatamente, a subordinação” (apud GREEN, 2016, p.67). A superação da subalternidade é tarefa política fundamental, mas deve contar com um árduo e permanente trabalho de construção de uma nova concepção de mundo, ou nas palavras de Gramsci, de uma contrahegemonia.

Para Green (2016, p. 60), “Gramsci não repudiou os movimentos espontâneos. Ele simplesmente enfatizou qual era seu significado, sua função e suas limitações no processo político”. Nesse sentido, o fato das ações coletivas protagonizadas pelos grupos subalternos não se constituírem em movimentos organizados⁶ e de não possuírem uma função política relevante na construção de uma agenda contrahegemônica não significa que ela deva ser desprezada como objeto de investigação e de problematização, como é o caso deste artigo.

Ribeiro (2009) nos alerta para a necessidade de acompanharmos o processo de ressignificação da experiência urbana por atores sociais com diversas culturas

⁶Para Gohn, os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, constituídas por sujeitos sociais pertencentes à divergentes classes e segmentos sociais. Eles politizam suas demandas e produzem um campo político de força social na sociedade civil. As ações constroem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, por meio de interesses em comum (GOHN, 2000, p. 13). (Ver: GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Rev. Mediações*, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000).

políticas, considerando que o espaço urbano vem sendo ocupado, cada vez mais, por velhos e novos atores sociais e políticos com diferentes interesses, mas, também, com orientações culturais e experiências políticas diversas. Essa dinâmica vem demandando aos pesquisadores um olhar mais atento às ações coletivas mobilizadas por movimentos menos visíveis, valorizando cada gesto em que seja possível reconhecer a luta pela afirmação de sujeitos sociais autônomos. Como lembra Telles (1998), em uma pobreza naturalizada, não existem sujeitos, mas homens e mulheres privados de suas identidades e homogeneizados como carentes. Nesta perspectiva, o artigo em tela constitui uma primeira problematização das mobilizações coletivas destes sujeitos em Campos, nas duas primeiras décadas deste século, considerando, além do contexto histórico e seu legado, as condições econômicas e político-sociais construídas mais recentemente, especialmente, a partir da crise da agroindústria sucroalcooleira regional e da inserção subordinada da Região no processo de valorização, sob hegemonia do rentismo e seus agentes.

Entre os muros da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ: a expropriação e segregação socioespacial

Situada no norte do estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes é um importante município-polo da RNF, contando com uma população de 503.424 habitantes (projeção para 2018).⁷ Tradicionalmente conhecido pela monocultura da cana-de-açúcar (desde o século XVII) e pela produção de açúcar e álcool até a década de 1980, o município perde importância em função do fim do pro-álcool e do regime que o sustentou, a Ditadura civil-militar-empresarial de 1964. Com a crise da agroindústria sucroalcooleira local, que o retirou da lista dos principais produtores de cana e dos seus subprodutos, o município retornaria à cena nacional com a descoberta e exploração do petróleo em águas profundas na Bacia de Campos, a partir de 1978 e, mais tarde, graças ao aumento exponencial do seu orçamento a partir de 1989 e com a Lei do Petróleo, de 1997⁸.

A modernização agrícola a partir dos anos de 1940 impulsionou o processo de expropriação dos trabalhadores do campo, bem como o seu assalariamento. Cruz (1992, p. 160-161) advoga que esse movimento levou à extinção dos colonos, nos anos

⁷Consultar: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>

⁸Denominação atribuída aos municípios produtores de petróleo sem instalações físicas ou atividades produtivas da indústria de exploração e produção de petróleo e que, ao mesmo tempo, são extremamente dependentes das rendas privilegiadas que obtêm.

de 1960, e na expulsão paulatinamente dos moradores⁹ até o término de 1970. Neste ano até 1991, a população urbana de Campos cresceu 89,19%, enquanto a população rural decresceu 51,59%. Em 1991, averiguou-se que 83,60% da população vivia na área urbana e apenas 16,40% vivia na zona rural.

Conforme o mesmo autor, a mecanização da lavoura, a estagnação dos níveis de produção e de produtividade da lavoura, e as mutações nas relações produtivas, movimentaram à formação de grande contingente de trabalhadores rurais residentes na zona urbana, volantes, temporários, operando como clandestinos na própria lavoura da cana. Logo, o trabalhador rural, tendo que arcar com a sua moradia e serviços sociais para a sua reprodução social, está livre para vender a sua força de trabalho para quem desejar e em condições nem sempre desejáveis e dignas. Deste modo, mercado de trabalho será marcado pela informalidade dos vínculos, pelos baixíssimos salários e pela ausência de proteção social. Além do trabalhador rural em condições de “bóia-fria”, das empregadas domésticas e diaristas e dos operários da construção civil, também, compõe o mercado de trabalho local, um imenso “exército de biscateiro”, em um nível de sobrevivência delimitado pela pobreza e exclusão (CRUZ, 1992).

Ressalta-se, ainda, que com a omissão do Estado na oferta do solo e da moradia, como também, dos serviços urbanos, esses trabalhadores serão os únicos responsáveis pela sua reprodução social e de sua família. Empobrecidos e sem perspectivas, eles ocuparão as franjas da cidade, em especial, as margens das rodovias e estradas de ferro, a partir da auto-construção, fazendo crescer significativamente o número de favelas na cidade.

Considera-se relevante apontar que esse processo de desqualificação dos trabalhadores rurais e o seu aproveitamento somente no período de safra (6 meses), associado a sua (re)territorialização na área urbana, procedeu uma nova experiência para este grupo social proveniente do campo, que inclui não apenas a sua inserção no mercado de trabalho urbano, mas, também, a sua aproximação com uma sociabilidade profundamente marcada pela desigualdade no acesso aos direitos materiais e simbólicos, pela violência e racismo institucionais e pela insegurança civil nos termos de Kowarick (2009), que resulta na morte violenta e cotidiana de centenas de homens e mulheres e, principalmente, de jovens negros moradores dessas áreas periféricas. Além disso, cabe

⁹Torna-se necessário sublinhar, conforme explica Cruz (1992, p. 160), que “os moradores viviam nas terras dos usineiros e dos grandes fornecedores de cana; das lavouras de café do extremo Norte da região; e das lavouras de mandioca, no município de SJB [...]”.

salientar alguns processos culturais forjados a partir da sua inserção na cidade e suas lógicas de reprodução, com destaque para a educação formal, considerando o crescimento dos indicadores de escolarização nas últimas duas décadas, para o controle dos territórios periféricos pelo tráfico de drogas e a forte influência das igrejas pentecostais na construção cotidiana da sociabilidade dessas famílias ¹⁰.

É bom lembrar, que Campos forjou um processo de modernização “pelo alto” ou conservador, alicerçado em um projeto de desenvolvimento econômico acentuadamente elitista e excludente, tanto no que concerne aos direitos trabalhistas e às condições qualitativas de trabalho, quanto em relação à produção de uma esfera pública mais democrática e participativa. Isso significa reconhecer que a sociabilidade instaurada nas periferias, lugar de moradia e reprodução de um segmento significativo da classe que vive do trabalho, em especial, da sua parcela mais vulnerável e empobrecida, é produto de um processo complexo e duradouro de urbanização sem direitos, ou nas palavras de Telles (2006, p. 45), “do não reconhecimento do outro como cidadão de interesses e aspirações legítimas”. Lugar de reprodução das lógicas de compadrio e de clientelismo que, historicamente, caracterizaram as nossas relações sociais, em especial, nos espaços mais tradicionais marcados pela presença do latifúndio e da monocultura e, conseqüentemente, pela inserção tardia dos direitos. Em Campos, o clientelismo não é um traço constitutivo da sociabilidade comandada apenas pelas elites da agroindústria. A substituição no comando político do município com a eleição de Garotinho, em 1989, não alterou as relações de clientelismo, apenas os atores políticos. Aliás, o crescimento dos royalties e participações especiais, no final da década de 1990, proporcionou um fôlego de quase de 30 anos ao clã político dos Garotinhos, que além de governar o município até 2016, ocupou por duas vezes o Palácio Laranjeiras, sede do governo do estado do Rio de Janeiro. Para Cruz (2003), a reprodução política das lideranças na era dos *royalties* do petróleo, está diretamente associada a um “novo coronelismo” assumido pelas prefeituras da RNF em virtude do crescimento exponencial dos seus orçamentos. Em 2019, o orçamento previsto para o município de Campos é de quase dois bilhões, uma cifra invejável, sobretudo, em tempos de crise.

¹⁰ Ver CUNHA, N. V. ; FELTRAN., G. S. ; MESQUITA, W. A. B. Religiosidade pentecostal e ordem violenta em favelas na cidade de Campos dos Goytacazes. Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo. Ied. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, v. 1, p. 118-130

A instalação do Complexo Industrial e Portuário do Açú, conhecido popularmente como Porto do Açú, a partir de 2007, no município vizinho de São João da Barra tem representado o principal vetor da especulação imobiliária mais recente no município de Campos¹¹, motivando um conjunto de deslocamentos forçados da população, no campo, como é o caso do 5º distrito de São João da Barra¹² e na cidade, como as remoções que aconteceram em Campos pelo Programa “Morar Feliz”, programa de habitação popular do Governo Rosinha Garotinho, implementado no período de 2009-2016, em nome do combate ao “risco social e pessoal e /ou ambiental”¹³.

Embora o município de Campos dos Goytacazes não seja sede dos empreendimentos instalados na Região a partir da década de 1990 com a descoberta do petróleo na Bacia de Campos e, mais recentemente, do Porto do Açú, seja pelo seu tamanho, seja pela sua importância como polo de comércio e serviços, o município de Campos vem sendo fortemente atingido pelo fenômeno da especulação imobiliária. Com a crise da agroindústria houve um aumento das terras ociosas e disponíveis para a especulação imobiliária. Segundo Manhães e Arruda (2017, p.10), “verificou-se uma rápida expansão urbana em direção a estas terras, abrindo margem para a especulação imobiliária, acarretando uma grande valorização e a transformação de antigas áreas rurais em áreas urbanas”. Ainda segundo as autoras, a modalidade que mais se destacou nos novos empreendimentos foi a dos condomínios horizontais fechados, uma solução habitacional que envolve uma privatização do espaço público da cidade (2017). No período entre 1981 – 2014, foram 32 condomínios horizontais fechados em Campos dos Goytacazes (MANHÃES, ARRUDA, 2017).

Além da especulação imobiliária e da privatização do espaço público, essa modalidade de habitação vem provocando uma ressignificação das áreas periféricas ocupadas pela fração mais empobrecida e precarizada da classe que vive do trabalho, com a sua ocupação por esses condomínios horizontais fechados, o que motivou o poder público local a realizar algumas remoções urbanas, dentre elas, a da Favela da Margem

¹¹ Atualmente o Porto do Açú é um empreendimento desenvolvido pela empresa Prumo Logística, controlada por um fundo de investimento americano (EIG), que oferece soluções de infraestrutura para o setor de óleo e gás, sua principal atividade desde os acidentes envolvendo o mineroduto.

¹² COSTA, Ana M. A. da. O processo de expropriação das terras do Açú e a trajetória de lutas dos camponeses impactados pelo projeto Minas –Rio. *Tese de Doutorado*.UERJ/FSS. 2018,266f.

¹³ De acordo com a PMCG, o programa visa beneficiar 10.000 famílias no município, que residem em áreas consideradas de risco. O Decreto Municipal n. 55/2011, que cria o Morar Feliz, estabelece os seguintes critérios para concessão das casas populares: que os beneficiários sejam ocupantes de moradias irregulares em áreas de risco, que sejam vulneráveis socialmente, bem como oriundos do Programa SOS Habitação.

da Linha¹⁴, a partir de 2012. Até a conclusão da primeira etapa do Programa Morar Feliz, em 2012, foram construídas 5.426 casas. Estima-se que aproximadamente 20 mil pessoas deixaram seus lugares de origem para residir em outros bairros, o que ocasionou, para além do próprio ato da remoção, prejuízos e danos de ordem material e emocional gravíssimos. Dentre eles, (MENDES et al, 2014), cita a ausência e/ou insuficiência dos equipamentos coletivos para atender aos novos moradores. Faltram vagas nas creches e escolas assim como nos postos de saúde e nos centros de referências de assistência social. O transporte precário e as altíssimas contas de luz, também, foram motivos de diversas manifestações, como veremos a seguir, além das denúncias relativas ao aumento da violência por parte do tráfico de drogas nestes territórios, que segundo os moradores foi facilitado pela mobilidade de pessoas de bairros ligados a comandos distintos¹⁵.

Lutas e conflitos sociais dos moradores de comunidades periféricas pelo direito à cidade, em Campos dos Goytacazes/RJ, nas duas primeiras décadas do século XXI

Ao discutir sobre a cidade, Iasi (2013, p. 41) manifesta que ela é corolária das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial se encontra na base da produção e reprodução do capital. À vista disso, a cidade é a forma reificada dessas relações, assim como, do amadurecimento dos antagonismos que lhes são próprias. Por isso, é a unidade de contrários, não somente pelas agudas desigualdades, mas pela dinâmica da ordem e da explosão. Vainer (2013, p. 40) indica que os movimentos, nessa dimensão, enfrentam a cidade de exceção, a cidade-empresa e a democracia direta do capital. Ou seja, os mesmos desejam uma outra cidade e outro espaço público.

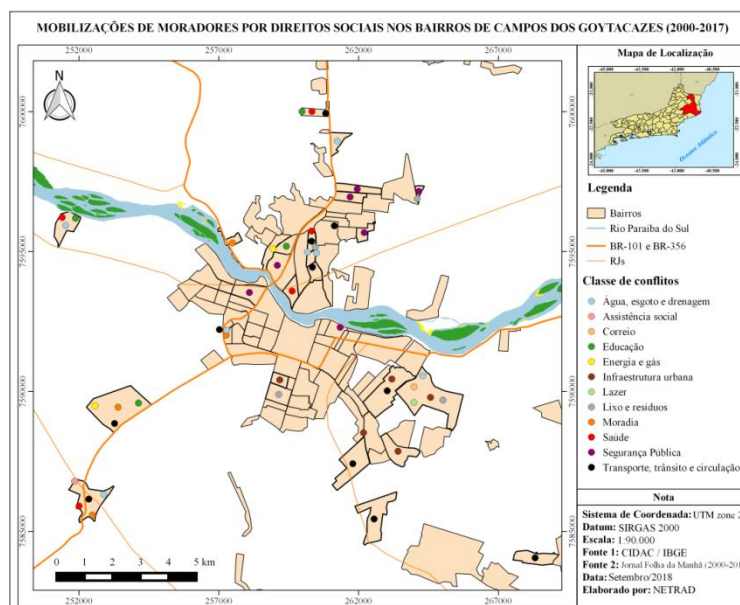
¹⁴A Favela da Margem da Linha é uma das primeiras favelas de Campos. Sua origem remonta à década de 1960, conforme relatos dos moradores, quando trabalhadores da Usina do Queimado, iniciaram a ocupação das margens da linha férrea (Rede Ferroviária Federal – RFFSA). De acordo com o IBGE (2010), 2.196 pessoas residem na comunidade, em 571 domicílios (MENDES, J. T. N., GOMES, M. A. S, SIQUEIRA, A.M. M. Políticas públicas, moradia popular e o programa morar feliz em Campos dos Goytacazes -RJ: uma análise acerca da favela margem da linha. *Revista Libertas*, v.14, p.1-20, 2014). Dentre os inúmeros investimentos privados nas vizinhanças da favela, destacam-se a implantação do Boulevard Shopping, que acelerou o processo de ocupação com a implantação de duas torres de edifícios de mais de 10 andares, 1 hotel de rede internacional e 05 condomínios horizontais fechados até o ano de 2014 (MANHÃES, V.R.R., ARRUDA, A.P.S.N.de. A expansão dos condomínios horizontais privados em Campos dos Goytacazes. XVII ENMPUR. Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional?. São Paulo, 2017).

¹⁵ Em Campos, dois comandos disputam o mercado ilegal de drogas, o Terceiro Comando Puro (TCP) e os Amigos Dos Amigos (ADA). Depois de uma tentativa de unificação, uma ala da ADA não aceitou tal unidade, intensificando os conflitos armados em torno do controle do mercado de drogas, particularmente, nas áreas do Morar Feliz.

Expressa Maricato (2013, p. 21), que no começo de 1980, no Brasil, viu-se a efetivação do ajuste fiscal, em concordância com a globalização e com o aumento do desastre urbano. Soma-se, também, o alto impacto das décadas posteriores, por intermédio do baixo crescimento, desemprego estrutural, retração das políticas públicas e sociais delimitadas pelo ideário neoliberal. Não por acaso, apresenta a mesma autora, [...] que a terra urbana continuou refém dos intentos do capital imobiliário e, no mesmo jogo, as leis foram flexibilizadas e/ou transformadas. Os conflitos por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia deslocou a fronteira da ampliação urbana ainda mais para longe, sendo que a camada empobrecida foi expulsa para a periferia da periferia (MARICATO, 2013, p. 23-24). Nessa ótica de análise, recorda Harvey (2013, p. 29), que a globalização e o rumo direcionado ao neoliberalismo intensificaram, ao invés de decrescer, as desigualdades sociais. O poder das elites dominantes, assim, foi resguardado e restaurado, haja visto o motivo pelo qual as cidades estão sendo tratadas de “fragmentos fortificados”.

Neste sentido, Caldeira (1997) evidencia que os enclaves fortificados, que são espaços privatizados, fechados e monitorados para moradia, consumo, lazer e trabalho, constituem uma nova forma de segregação espacial, alterando intensamente o estilo de distribuição de grupos sociais e atividades econômicas. Ainda, a cidade de muros não reforça a cidadania; antes, estimulam para sua erosão.

Figura 1: Cartografia sobre as mobilizações de moradores por direitos sociais nos bairros de Campos dos Goytacazes (2000-2017)



Fonte: NETRAD/UFF, 2018.

Uma observação introdutória refere-se à espacialização dos conflitos na cidade de Campos envolvendo os seus moradores. Tratam-se, majoritariamente, de moradores das áreas periféricas tradicionais e, também, daquelas mais recentes, fruto do processo de expansão da cidade e das remoções urbanas que acabaram por criar novas periferias.

A figura acima confirma as mobilizações dos moradores das comunidades de Guarus, subdistrito de Campos, e lugar de moradia de uma parcela significativa da classe trabalhadora, em especial, daquela fração mais precarizada e empobrecida. O subdistrito, situado à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, recebeu um grande contingente de trabalhadores rurais expropriados do campo nos anos de 1960, 1970. Registra os piores indicadores sócio-econômicos e, também, de homicídios do município e, por isso, carrega o estigma de lugar de pobreza e de insegurança na representação simbólica da cidade. As manifestações coletivas registradas pela cartografia demonstram os carecimentos e as insatisfações dos seus moradores com relação à ausência e /ou insuficiência e qualidade dos bens e serviços públicos. Por isso, o poder público municipal aparece como o principal interlocutor desses movimentos. Além das manifestações por direitos sociais de modo geral, são frequentes as mobilizações coletivas em função dos atropelamentos e acidentes constantes nessas duas décadas em função da proximidade com a BR-101, além da luta por infraestrutura urbana e por mais segurança pública, em virtude do número crescente de homicídios no subdistrito nos últimos quatro anos¹⁶.

Vale sinalizar os conflitos protagonizados pelos moradores das áreas em processo de remoção, assim como daqueles que foram removidos e que já se encontram nos novos conjuntos. Estes últimos reivindicam além da segurança, energia, água e transporte público, denunciando o descaso e a falta de planejamento do governo local com relação ao programa local de habitação popular, o “Morar Feliz”. Nas comunidades urbanas de áreas rurais, as mobilizações por melhores condições do transporte público atravessam as duas décadas, sem muitas respostas do Poder Público. Cabe ressaltar que Campos é o

¹⁶ “A criminalidade em Campos dos Goytacazes segue crescendo e assustando. De acordo com dados do jornal Folha da Manhã, o 107º homicídio e o 17º apenas neste mês foi registrado ontem, 27, e é mais um crime registrado durante o período de intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro”[...] “A criminalidade na área de Guarus fez mais uma vítima na manhã do último sábado (26). Um adolescente de aproximadamente 17 anos foi assassinado a tiros por volta das 8h30 na rua Itaguaí, no Parque Guarus, em Campos dos Goytacazes”. Paraybano. Campos registra 107 homicídios somente em 2018. 28 de maio de 2018. Disponível em <http://www.parahybano.com.br/site/campos-registra-107-homicidios-somente-em-2018/>. Acessado em 22 de março de 2019.

maior município em extensão territorial do estado do RJ, o que exige uma política de mobilidade eficiente e capaz de atender àqueles que se deslocam diariamente para trabalhar na cidade.

As formas de organização baseiam-se, em sua maioria, na interdição de acesso às rodovias; de portar faixas e cartazes; de atear fogo em pneus, galhos, papelões, produtos inflamáveis e colchões; e, ainda, de realizar barricadas com pneus, botijões de gás e latões.

Maricato (2013, p. 19-20), problematiza que nem todo progresso das condições de vida, na cidade, é atingível com melhores salários e distribuição de renda. As condições de vida qualitativas requerem, frequentemente, de políticas públicas de cunho urbano - habitação, transporte público, educação, saúde, lazer, segurança e iluminação pública, coleta de lixo e saneamento. Assim, as cidades não somente ofertam o espaço ou o chão para a reprodução social, os seus aspectos e formas como se materializam fazem a diferença.

Em seu posicionamento, Ribeiro (2009) evidencia que a cidade viva, insurgente e experimental não faleceu, mesmo após a desindustrialização e aumento da periferização. Mas, a grande cidade permanece como celeiro de experiências sociais, da ação espontânea, da possibilidade de criatividade, de experiências e aprendizados políticos e de invenções institucionais. À proporção desses fatores, a intensidade da exclusão social incentiva a coesão de movimentos com divergente datação histórica, o que redimensiona a ação social. Na esteira de Ribeiro (2009), ainda que espontâneos e pontuais, sem um projeto político claro ou “bom senso” no sentido gramsciano, as mobilizações episódicas, de natureza popular, contém um sentido que não deve ser desprezado. Seja a insegurança com a violência urbana e institucional, a indignação diante do avanço da precarização do trabalho e dos serviços públicos ou o sentimento de injustiça nos casos de remoções forçadas, as manifestações, quase cotidianas, possuem sentidos e limites que precisam ser desvendados, assim como a compreensão de mundo que dirige essas práticas, de grupos heterogêneos mas que se encontram no ato de reivindicar e protestar.

Estudos recentes com os sujeitos das periferias demonstram um certo ceticismo dos mesmos nas instituições estatais e nas políticas públicas. No lugar da cidadania ativa, aparecem as saídas individuais, a meritocracia como valor em substituição à igualdade social e o empreendedorismo individual no lugar do trabalho como direito, sinais claros do avanço do neoliberalismo e daquilo que ele pode deixar como legado. Um outro tema merece atenção: - a forte presença do clientelismo político nas definições das prioridades

do governo local. Há um profundo desprezo dos agentes do clientelismo pela autonomia e independência política dos sujeitos, o que os leva a criar inúmeros obstáculos no que se refere às demandas apresentadas pela população. Isso vai exigir não apenas a organização desses moradores como também uma agenda mínima de mobilizações, articulações e negociações, o que raras vezes acontece. Nas últimas duas décadas, segundo a pesquisa, apenas duas mobilizações populares tiveram continuidade em sua luta: a dos moradores da Favela da Margem da Linha contra a sua remoção e a dos catadores do lixão municipal depois do seu fechamento. Ambas contaram com o apoio institucional das Universidades e parcerias com ONGs. Para Harvey,

A criação de novos espaços urbanos comuns (commons), de uma esfera pública de participação democrática, exige desfazer a enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos. Temos de imaginar uma cidade mais inclusiva [...] (2013, p. 33).

Refletir a respeito da concretização da consciência de classe para si, de resistência e de embate cultural, político e ideológico, nas cidades segregadas, dentre outras estratégias, é possível através das lutas urbanas e agrárias, destronando a cidade-empresa (VAINER, 2013), e buscando o direito à cidade (HARVEY, 2013; LEFEBVRE, 2001). Isto é, sem desconsiderar a participação social, de todos os grupos sociais, nos espaços coletivos e decisórios da cidade, pautando-se em uma esfera pública permeada pela democracia cotidiana construída a partir dos processos de participação direta e popular.

Considerações finais

O espaço não pode ser considerado uma simples arena. Ele constitui e institui as relações sociais, numa demonstração de que o homem institui/produz/organiza, ao mesmo tempo e no mesmo processo, o espaço que garante a sua condição de existência e reprodução, nas palavras de Ramos (2016, p. 05). Esta citação é bastante apropriada para nos lembrar de que a compreensão da ação política deve ser orientada pela leitura dialética dos processos reais, o que inclui problematizarmos o contexto e suas escalas, assim como as condições materiais e simbólicas de existência, ou seja, dos processos de produção e reprodução da vida social.

No caso de Campos, isso implica recuperar o legado de uma experiência marcada pela escravidão, pelo racismo e por uma economia fundada no latifúndio e na monocultura, produtora de relações sociais profundamente desiguais, autoritárias e clientelistas. Mais recentemente, com a sua inserção na economia mundial, sob a

hegemonia das finanças, acirram-se as novas formas de expropriação dos meios de vida dos trabalhadores e de segregação socioespacial, acompanhadas pela hegemonia de uma racionalidade fundada no individualismo, no empreendedorismo de si e num certo punitivismo e criminalização dos pobres. Um movimento que despreza o Estado, não como coerção, mas, como ente responsável pelo “comum”, pela esfera pública e pelos direitos universais. Talvez, resida na hegemonia desta racionalidade neoliberal, a força e a ascensão do conservadorismo no Brasil, nos últimos anos, frente ao qual devemos nos opor.

Referências

- ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. A disputa pelo lixo e a resistência dos catadores em contextos de segregação socioespacial. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 6, p. 215-233, 2017.
- _____, Pauline. Classe, gênero e raça – as trabalhadoras negras na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Ano XV, Nº 58, Campos dos Goytacazes/RJ, p. 32-39, dez./2017.
- AZEVEDO, Sérgio de.; TIMÓTEO, Geraldo Márcio.; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. Habitação social e segregação espacial: implicações do programa municipal “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes-RJ. In: **37º Encontro Anual da ANPOCS**, Águas de Lindóia, p. 02-22, 2013.
- CALDEIRA, Teresa Pires. **Enclaves Fortificados: a Nova Segregação Urbana**. São Paulo: Estudos Cebrap, v. 47, p. 155-176, 1997.
- CRUZ, José Luis Vianna. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000**. Tese de Doutorado. IPPUR/UFRJ, 2003, 340 p.
- _____. Mercado de trabalho e exclusão em Campos/RJ. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, 18(3), p. 159-177, 1992.
- GREEN, M. E. Gramsci e as lutas subalternas hoje: espontaneidade e organização política. Disponível em http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/material/1459896903Green_As_lutas_subalternas_Bianchi.pdf. Acessado em 20/03/2018.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 7ª. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- _____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia (et al.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.
- IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Ermínia (et al.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.
- KOWARICK, L. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- _____. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MANHÃES, V.R.R., ARRUDA, A.P.S.N.de. A expansão dos condomínios horizontais privados em Campos dos Goytacazes. **XVII ENMPUR. Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional?**São Paulo, 2017.
- MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia (et al.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MENDES, J. T. N.; GOMES, M. A. S.; SIQUEIRA, A.M. M. Políticas públicas, moradia popular e o programa morar feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise acerca da favela margem da linha. **Revista Libertas**, v.14, p.1-20, 2014

MOTA, Ana Elizabete. **Sobre as expropriações contemporâneas**: hipóteses e reflexões. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo. De O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917). Niterói: NIEP-MARX, v.1, p. 01-12, 2017.

Ramos, Tatiana T. Breves considerações teóricas acerca da espacialidade dos ativismos sociais urbanos. In: *ANAIS do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia*. São Luis/MA, jun. 2016.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: Poggiese, Hector; Egler, Tâmara Tania Cohen (Org.). **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: Clacso, p. 147-156, 2009.

TELLES, V. da S. No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil. *Revista Polis*. São Paulo, 1998.

_____. **Sociedade civil, direitos e espaços públicos**. São Paulo: Pólis, v. 14, p. 43-53, 1994.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia (et al.). **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.